

ARTIGO

FEMINISMO DE REDE: A MILITÂNCIA *ON* E *OFF-LINE* DE TRÊS JOVENS PROFESSORAS

PATRÍCIA KARLA SOARES SANTOS DOROTÉIO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4236-2643>
<patriciakarlass@hotmail.com>

ANDRÉ MÁRCIO PINCANÇO FAVACHO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8481-7370>
<amfavacho@hotmail.com>

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Ibirité, MG, Brasil.

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, MG, Brasil.

RESUMO: O artigo perscruta práticas de militâncias de três jovens professoras, atuantes em múltiplas pautas e que fazem uso das redes sociais como lócus de resistência. Os dados foram obtidos em uma netnografia realizada na rede social *Facebook* dessas professoras, seguida por entrevista. Propusemos um estudo ético-político, fundamentado no conceito de ética em Michel Foucault. Consideramos que as professoras reconhecem a obrigação moral de lutar e defender, respondendo a um tipo específico de feminismo, um feminismo de rede, que se dá a partir das alianças com as demais lutas. As professoras parecem tensionar a escola e o currículo escolar com temas e pautas de luta e de militância, o que provoca debates. Além disso, identificamos uma experiência de militância constituída por práticas que apostam na potência transformadora dos pequenos constrangimentos e tensionamentos produzidos nas redes sociais e nos modos de vida, e que estão revelando tentativas de corroer verdades difíceis de serem desestabilizadas.

Palavras-chave: Militância, feminismos, docência, ética e política, netnografia.

NETWORKED FEMINISM: THE ONLINE AND OFFLINE MILITANCY OF THREE YOUNG FEMALE TEACHERS

ABSTRACT: The article investigates the militant practices of three young female teachers, active in multiple agendas and who use social media as a venue of resistance. Data were collected from a netnography carried out on these teachers' Facebook networks, followed by an interview. We submitted an ethical-political study, based on the concept of ethics by Michel Foucault. We understand that the teachers recognize their moral obligation to resist and defend, responding to a specific type of feminism, a networked feminism, which is based on alliances with other struggles. The teachers seem to bring

tension to the school and its curriculum with themes and agendas of resistance and militancy, which generates debates. In addition, we identified a militant experience shaped by practices that rely on the transforming power of the small constraints and tensions produced in social networks and in life styles, and that are exposing attempts to degrade truths that are hard to be destabilized.

Keywords: Militancy, feminisms, teaching, ethics and politics, netnography.

FEMINISMO DE RED: LA MILITANCIA ON Y OFFLINE DE TRES JÓVENES PROFESORAS

RESUMEN: El artículo examina prácticas de militancias de tres jóvenes profesoras, actuantes en múltiples pautas y que usan las redes sociales como lugar de resistencia. Los datos fueron obtenidos en una netnografía realizada en la red social Facebook de estas profesoras, seguida por entrevista. Propusimos un estudio ético-político, fundamentado en el concepto de ética de Michel Foucault. Consideramos que las profesoras reconocen la obligación moral de luchar y defender, respondiendo a un tipo específico de feminismo, un feminismo de red, que viene a partir de las alianzas con las otras luchas. Las profesoras parecen tensionar la escuela y el currículo escolar con temas y pautas de lucha y militancia, lo que provoca debates. Además, identificamos una experiencia de militancia constituida por prácticas que apuestan en la potencia transformadora de tensionar y avergonzar de forma sutil que se produce en las redes sociales y en los modos de vida, y que están revelando intentos de corroer verdades difíciles de desestabilizar.

Palabras clave: Militancia, feminismos, docencia, ética y política, netnografía.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as formas de lutas sociais se multiplicaram e se atualizaram. Movimentos como a chamada Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* e tantos outros nasceram no ambiente digital e se espalharam pelas ruas, sinalizando novos modos de atuação (CASTELLS, 2013). O movimento de junho de 2013, no Brasil, não foi diferente, uma vez que trouxe como característica a indissociabilidade entre os usos das mídias digitais e os novos modos de atuação política.

Nesse cenário, professores e professoras militantes depararam-se com questões outras na própria forma de fazer militância, isto é, o ambiente virtual e as ruas se tornaram os novos desafios. As mobilizações contemporâneas pela educação coexistem com a efervescência dos movimentos de tomada das ruas, com a atuação pelas redes sociais e com a explosão de pautas que envolvem as subjetividades. Esse cenário convoca outros modos de agir: solidário, conectado, em rede.

Este artigo apresenta os resultados de uma tese interessada em perscrutar práticas de militâncias de três jovens professoras, atuantes em múltiplas pautas e que fazem uso da rede social *Facebook* como *locus* de resistência. As três professoras pesquisadas tinham idade entre 32 e 34, estavam nos primeiros anos de atividade docente e trabalhavam em escolas públicas de Belo Horizonte e região metropolitana: Zaida é professora de Geografia no Ensino Fundamental; Marcela é professora de História, também no Ensino Fundamental; e Samara é professora de Educação Física no Ensino Médio. Zaida, Marcela e Samara são nomes fictícios.

Essas professoras apresentam características em comum no que se refere à militância: elas são filiadas a partidos políticos e respondem às convocações dos sindicatos, mas, sobretudo, respondem às convocações dos movimentos contemporâneos: vão para as ruas para defender as questões do trabalho e dos direitos sociais; mas também vão para as ruas para defender os diferentes modos de se viver a vida. São professoras atuantes e usam as redes sociais como possibilidade de resistência. Entre as pautas que publicam na rede social, encontramos a escola, a educação pública e a profissão docente; ainda, os feminismos, as demandas LGBT, as lutas antirracistas, entre outras causas que têm disputado o cenário dos movimentos e mobilizações do presente¹.

Metodologicamente, o recurso utilizado foi a netnografia, definida por Kozinets (2014, p. 10) como “uma forma especializada de etnografia adaptada às contingências específicas dos mundos sociais de hoje mediados por computadores”. Para esse autor, entre os preceitos éticos e metodológicos que orientam a netnografia, estão noções convencionais de ética na pesquisa, como o consentimento do usuário, chegando a questões mais amplas, que dizem respeito à autonomia, autoria e direito à privacidade de usuários do espaço virtual. Atentos a esses preceitos, acompanhamos o *Facebook* das professoras, verificando os registros do período entre janeiro de 2015 e dezembro de 2019². A partir desse acompanhamento, selecionamos discursos e práticas de militância que elas publicaram na rede social.

Em seguida à pesquisa netnográfica, realizamos uma entrevista com cada uma delas. Na pesquisa, a netnografia e a entrevista foram tomadas como parte de um único método – um método híbrido³ –, pois aquilo que foi apreendido a partir da experiência de militância das professoras é a imbricação daquilo que elas publicaram nas redes sociais e daquilo que disseram sobre o conteúdo publicado.

Do ponto de vista filosófico, recorreremos às teorizações foucaultianas, utilizando as ferramentas do autor para apreender as questões do hoje. A partir das problematizações do presente, Michel Foucault buscou elaborar uma história das formas de pensamento, utilizando, para tanto, o recuo ao passado, na busca por compreender as condições de emergência daquilo que se diz hoje. Sobremaneira na fase final dos seus estudos, o que ele nos apresenta é a potência da relação ético-política para se pensar

¹ Sobre os modos de organização dos movimentos negro, feminista e LGBT e sua contemporânea relação com as redes sociais, ver Facchini, Carmo e Lima (2020).

² Sobre as questões éticas e metodológicas do fazer etnografia nas redes sociais, ver Beleli e Pelúcio (2018).

³ As pesquisas pós-críticas que apresentam a metodologia como procedimento de coleta de informações (MEYER; PARAÍSO, 2012) indicaram-nos a possibilidade de hibridização dos métodos de pesquisa. Compreendemos que a possibilidade de utilizar netnografia e entrevista poderia melhor elucidar nossa leitura das postagens coletadas.

o presente, que se dá nos corpos, nas experiências e nas lutas de resistência. Com as lentes de Foucault, o que propusemos na pesquisa foi um estudo ético-político, entendendo a militância contemporânea como uma experiência.

Quando falamos de experiência, é importante entender que ela se realiza no campo da ética, entendida como relação consigo mesmo, ou seja, como um modo de autoformação, um modo de ser, um processo de subjetivação. Os processos de subjetivação, por sua vez, estão atrelados aos modos de conduzir a si mesmo e o outro; são, portanto, políticos.

Em seus últimos estudos, Foucault (2009; 2010) considera os modos de se conduzir como um campo de experiência, ao relacionar as formas pelas quais o indivíduo se constitui como sujeito moral de suas ações e as implicações disso na relação com os outros. Sobre esse ponto, Foucault (2009, p. 34) nos oferece uma importante elucidação em *História da Sexualidade II*, quando afirma que,

[...] por “moral”, entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; o estudo desse aspecto da moral deve determinar de que maneira, e com que margens de variação ou de transgressão, os indivíduos ou os grupos se conduzem em referência a um sistema prescritivo que é explícita ou implicitamente dado em sua cultura, e do qual eles têm uma consciência mais ou menos clara.

Assim, Foucault (2010, p. 310) considera que temos variadas formas de nos conduzir mediante determinados códigos de ação, de modo que “aquilo que chamamos de moral é o comportamento efetivo das pessoas” e envolve a relação consigo e com o outro. Ancorado na ética grega, o autor considera que essa conduta moral passa por quatro aspectos principais, que podem ser tomados como uma ferramenta analítica para o estudo ético-político: o primeiro deles é o que o filósofo chama de *substância ética* e que procura responder à questão “qual o aspecto ou a parte de mim ou do meu comportamento está relacionado a conduta moral?” (FOUCAULT, 2010, p. 308). A substância ética nada tem a ver com essência, e sim com a matéria trabalhada pela ética; é a maneira como o indivíduo se constitui como matéria de sua conduta moral.

O segundo aspecto é o *modo de sujeição* ou “a maneira pela qual as pessoas são chamadas ou incitadas a reconhecer suas obrigações morais”. No modo de sujeição está posta a “tentativa de dar à existência a forma mais bela possível” (FOUCAULT, 2010, p. 309). É um modo estético, uma estilística da existência, é uma escolha por certo modo de existir. Ela passa pela maneira como o indivíduo se relaciona com as regras de sua conduta e se obriga a colocá-las em prática.

O terceiro aspecto da relação consigo é uma atividade de autoformação, de prática de si, de elaboração do trabalho ético, de *ascese*, que procura responder: “quais são os meios pelos quais podemos nos modificar para nos tornarmos sujeitos éticos?” (FOUCAULT, 2010, p. 310). São práticas de ascese, na medida em que implicam um exercício de si sobre si mesmo, um trabalho de autoformação que pretende atingir um certo modo de ser, uma certa maneira de transformar a si mesmo em um sujeito moral de sua conduta.

Por fim, o quarto aspecto é a *teleologia* do sujeito moral ou a finalidade, que se baseia no seguinte questionamento: “qual o tipo de ser a que aspiramos quando nos comportamos de acordo com a moral?” (FOUCAULT, 2010, p. 310). A finalidade indica para qual constituição se almeja ao conformar certo modo de ser característico do sujeito moral. É nesse sentido que,

[...] para ser dita “moral” uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, lei ou valor. É verdade que toda ação moral comporta uma relação ao real em que se efetua, e uma relação ao código a que se refere; mas ela implica também uma certa relação a si; essa relação não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura

conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se (FOUCAULT, 2009, p. 37).

Em Foucault, a constituição de si enquanto *sujeito moral* passa pelos vínculos, pelo menos, entre ética, política e o dizer verdadeiro (FOUCAULT, 2011). E qual a potência desses vínculos? Inspirados em Foucault, uma série de estudos tendem a procurar tais vínculos nos movimentos e mobilizações contemporâneos. São movimentos, manifestações, lutas, causas que trazem consigo, ou demandam, um *não* incisivo, que se manifesta nos corpos e nos modos de vida. Movimentos que apresentam a potência explosiva da coragem da verdade, fundamentalmente quando lançam em suas pautas traços de que estão em busca da ruptura, da transgressão daquilo que normaliza e conforma.

As jovens professoras militantes que investigamos são professoras e militantes que nos parecem fortemente vinculadas a essa potência da coragem: participam dos movimentos de rua; lutam e defendem múltiplas pautas, com múltiplos focos; vivenciam a “primavera feminina” e os feminismos; usam intensivamente as redes sociais. Entre suas causas, está a luta pela educação, mas também movimentos nos quais as subjetividades estão latentes.

Remetemo-nos, então, ao quadro ético que Foucault apresenta, a fim de abordar os elementos que estão em jogo na experiência de si das professoras. Em outras palavras, interessamo-nos por olhar para essa docência militante procurando identificar a qual substância ética ela se liga, quais os modos de sujeição conformam sua estilística, qual trabalho de autoformação está posto e a que aspiram as professoras pesquisadas quando realizam o trabalho militante, configurando, assim, uma experiência singular.

Ao experimentarmos esse quadro ético na pesquisa, pudemos inferir que a experiência de militância das professoras pesquisadas funciona, na medida do possível, como uma orientação, uma forma de viver; nela, há imperativos, regras, práticas e enunciados que, apesar de não serem necessariamente novos, são acionados no ato de militar. São eles: lute e defenda causas e pautas de si mesmas e dos outros; inscreva seu corpo na luta política; vá para as ruas, denuncie, viva de acordo com o que diz; aja em conjunto com quem luta as suas lutas.

Nosso interesse neste artigo é, portanto, na trilha dessas orientações ético-políticas, mostrar um possível quadro ético das professoras e, conseqüentemente, avaliar seus efeitos políticos.

LUTE E DEFENDA CAUSAS E PAUTAS DE SI MESMAS E DOS OUTROS

Inspirando-nos nas formulações da ética foucaultiana e tomando como referência a *substância ética*, conforme mencionamos anteriormente, identificamos um princípio que incita as professoras a viverem uma vida militante, funcionando como um chamado, uma convocação, uma preocupação ética que se apresenta muito fortemente às jovens professoras pesquisadas, qual seja, lute e defenda causas e pautas de si mesmas e dos outros.

Expressões como *uma luta, nós lutamos, eu luto* revelam o verbo que convoca a militância docente a fazer o seu trabalho ético: lutar. No conjunto do que publicaram no *Facebook* e do que disseram durante a entrevista, o verbo lutar aparece muitas vezes em companhia dos verbos defender, transformar e resistir: lutam para defender, lutam para transformar, lutam para resistir... As professoras lutam para defender as causas dos trabalhadores, dos pobres, das ditas minorias identitárias e de todos que sofrem injustiças.

Encontramos nas falas de Samara, Zaida e Marcela elementos herdados da conjuntura histórica analisada por Éder Sader (1988), ao pesquisar a trajetória dos movimentos populares na região de São Paulo, entre as décadas de 1970 e 1980. Conjuntura em que “novos personagens entram em cena” trazendo à tona uma reorientação discursiva da esquerda, um reordenamento da Igreja Católica para as questões sociais e a assunção de um novo sindicalismo. Nas falas das professoras, é possível identificar discursos que transitam entre pautas marxistas, sindicais, de libertação cristã, de justiça social, da necessária participação comunitária e, claro, das novas subjetividades.

Samara, Zaida e Marcela são professoras que respondem aos chamados dos sindicatos, se envolvem com os movimentos grevistas de professores, são solidárias aos movimentos trabalhistas de outras categorias. Mostram-se prontas para lutar e defender trabalhadores e trabalhadoras.

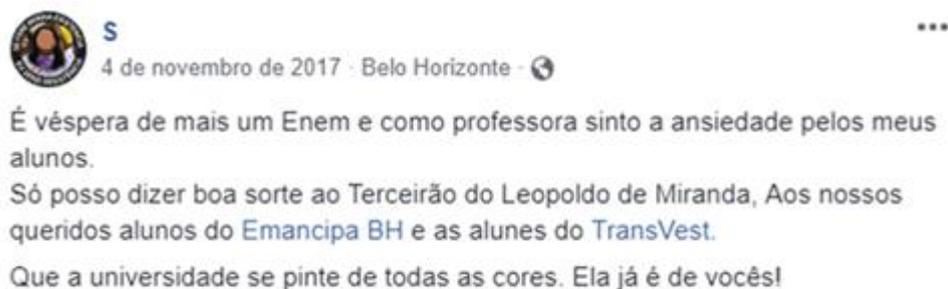
Assim, o chamado contemporâneo para a luta e a defesa parece ser composto pela herança de uma imbricação de discursos. Para além das questões trabalhistas, lutar e defender envolve ainda ideias do bem comum, da cultura de paz, da justiça social, da revolução, da solidariedade... A fala de Marcela representa bem o funcionamento dessas ideias em seu chamado para a militância:

[...] eu acredito em uma sociedade em que as pessoas vão viver com mais justiça, onde os meios de produção vão ser divididos de forma mais justa e igualitária, onde as pessoas terão mais oportunidades, e onde o básico à vida não será negado ou negociado, como a saúde de qualidade, uma educação que seja libertadora, que seja para uma cultura de paz, que seja progressista, o direito à moradia, ao lazer, a cultura (MARCELA, 2018 – trecho de entrevista).

Mas, nesse caminho, também é possível identificar que a militância das professoras responde a um chamado ético de oposição aos discursos de ódio, retrógrados, discriminatórios, institucionalizados, bem como localizados nas redes sociais e nas relações cotidianas. Militância que se apresenta fortemente em luta contra os machismos, sexismos, a lgbtfobia, os racismos, entre outros. Nas pautas que defendem, está a ideia de uma amplitude dos direitos em várias direções.

Quando elas se voltam para a luta e a defesa da educação de maneira mais específica, novamente vemos a ampliação das pautas. Por um lado, lutam e defendem pautas que envolvem os salários, as condições de trabalho, uma melhor infraestrutura, entre outras. Por outro, introduzem novos sujeitos nessa luta. Samara, por exemplo, diz que deseja que “a universidade se pinte de todas as cores”, se referindo à entrada, no Ensino Superior, de seus alunos da escola pública, dos estudantes de baixa renda que frequentam o cursinho popular em que ela atua (Emancipa) e, ainda, das “alunes do TransVest” (curso pré-vestibular exclusivo para travestis e transexuais), denunciando o alijamento dessa população da escola e dos cursos superiores.

Figura 1 – Que a universidade se pinte de todas as cores



Fonte: Rede social *Facebook* Samara, 04 nov. 2017.

Viver uma vida militante hoje, para as professoras, é abrir-se à luta dos outros, um chamado solidário às questões das desigualdades, mas também das identidades. Essa convocação, entretanto, não é nova; ela emerge na explosiva década de 1960, com os movimentos que requisitavam outros modos de ser e de viver. Aqui, destacamos o fato de Foucault (2006) identificar, nos anos 1960, o despertar do olhar político para aquilo que compunha as lutas consideradas menores: sexualidade, gênero, etnia, ecologia. Questões que estavam fora da militância política até então praticada e que começavam a despertar o interesse das pessoas. Questões que, na contemporaneidade, têm se apresentado como potência para causas, movimentos, manifestações de rua, militâncias.

Ao atender o chamado à luta e à defesa como vida militante, entendido como ampliação e acolhimento de diferentes lutas, as professoras, assim como o fez Laclau (1986), questionam o limite da noção de luta de classes, ampliando essa noção que ainda é muito cara para as militâncias sindicais. Assim, como nos ensinou Foucault (2015), as professoras oferecem mais destaque para a multiplicidade do que

para as lutas isoladas. E mais: é com o corpo feminino que elas se apresentam à diversidade dessas lutas. Para elas, só é possível responder a um chamado da vida militante, ampliando as lutas, pelo feminismo, discussão que veremos a seguir.

INSCREVA SEU CORPO NA LUTA POLÍTICA

Para as professoras, ninguém é obrigada ou obrigado a ser militante, mas, para quem escolhe esse caminho, parece haver um imperativo: se quer lutar e defender, inscreva o seu corpo na política! A trilha que seguimos é que, pelo feminismo, as jovens professoras apresentam o seu corpo à cena pública e respondem ao chamado da luta. Pelo feminismo, elas reconhecem uma obrigação moral de lutar e defender. O feminismo praticado pelas professoras parece ser o modo de sujeição, a forma como elas depositam suas energias e suas obrigações morais nas lutas que elas desempenham.

O feminismo é definido por Margaret McLaren (2016) como um movimento de amplos posicionamentos e referências teóricas, mas que traz como fundamento a luta contra as diversas formas de subordinação das mulheres. O movimento feminista tem se constituído em aliança com outras lutas, como o movimento LGBT, o movimento negro e tantos outros. Além disso, o feminismo é também uma prática, pois considera imprescindível que a teoria seja relevante para a experiência feminina.

Atualmente existe toda uma literatura que se ocupa em apresentar os diferentes feminismos, assim como fez McLaren (2016). Nossa intenção, neste artigo, foi verificar como as professoras pesquisadas cumprem suas obrigações de luta e defesa por meio de um feminismo praticado.

A professora Zaida, por exemplo, se refere à organização das mulheres como mais uma forma de luta contra o capitalismo, contra as opressões, a favor da liberdade e do direito de ser mulher. A seguir, temos o trecho de uma postagem, na qual a professora sugere uma aliança entre as mulheres, o que remete à ideia de sororidade ou a uma relação de irmandade, união, afeto ou amizade entre mulheres:

A dor de cada uma de nós é avassaladora, forte demais pra ser transformada em número. (...) Sejam as umas pelas outras. Sejam todas contra esse sistema que nos subjuga. (...) Eu não aceito esse capitalismo que nos destrói a cada dia. Eu quero a liberdade para todas nós, nenhuma a menos e uma sociedade onde nenhuma esteja caída na rua, chorando desolada (ZAIDA - Rede social *Facebook*, 20 set. 2016).

A seu turno, a professora Samara, se dedica ao feminismo em suas práticas de militância, sobretudo em relação à causa LGBT. Nesse caso, a militância pelos outros e outras é intrínseca à sua própria vida. No trecho a seguir, Samara se refere a sua sexualidade como um ato político, como uma bandeira de luta e resistência às normas sociais que procuram impor modos de ser e agir.

Ser mulher lésbica é um ato político. Falar sobre quem somos numa sociedade machista, LGBTfóbica, racista e cheia de tantos preconceitos, é se posicionar de que lado estamos. (...) Somos mulheres que amamos outras mulheres. E falaremos sobre nossos amores porque isso é normal. Pois falaremos disso inclusive na política (SAMARA - Rede social *Facebook*, 22 mai. 2018).

A professora Marcela é mãe de duas crianças, nascidas, respectivamente, em 2017 e 2019. Nesse período, as questões que envolvem a maternidade foram pautas de muitas de suas reflexões, principalmente no que se refere ao poder de ação da mulher-mãe. Em suas publicações, Marcela apresenta as questões cotidianas vividas pelas mulheres como convocação para a luta. Em muitas dessas postagens, cita situações efetivas do nosso país, como a violência e o desamparo social, sofridas principalmente pelas mães em situação de maior pobreza.

Marcela, Zaida e Samara também publicam com frequência em suas redes sociais assuntos relacionados à libertação do corpo da mulher, seja do ponto de vista da exploração, da desigualdade ou do prazer feminino. Outro tipo de publicação que ganha destaque entre a ativa militância das professoras é o que diz respeito à denúncia das situações de violência sofridas pelas mulheres.

Podemos dizer que Samara, Zaida e Marcela falam, cada uma, a partir da própria experiência, mas apresentam em comum o fato de acionarem o feminismo como um ato político. Temas como a violência contra a mulher, o aborto livre e seguro, o empoderamento feminino e as redes de apoio entre as mulheres são regulares entre os que as professoras publicam no *Facebook*. A partir desses problemas, elas constituem suas práticas de militância.

Por esse caminho, lutam e denunciam as questões de gênero, tensionando as relações sociais. Deixam claro que o feminismo dessa militância se constitui a partir das questões cotidianas, das vidas vividas, das dificuldades e urgências que se apresentam às mulheres. É também um feminismo constituído a partir das teorias, como os estudos de gênero desenvolvidos nas últimas décadas; das práticas políticas institucionais das mulheres; do crescente engajamento feminista nas redes sociais⁴. Em razão disso, nossa aposta é que as professoras pesquisadas respondem a um feminismo *de rede*, expressão inventada para dizer que elas compartilham uma experiência de feminismo de múltiplas conexões, estão na luta pela vida vivida, estão nas redes sociais – que é também entremeada pelas práticas e vivências históricas, políticas, acadêmicas, cotidianas – e não renunciam aos amplos espaços e formas de luta. O que parece é que a mistura de questões cotidianas vividas pelas mulheres, suas urgências, suas necessidades e seus limites, ou seja, o conjunto de suas lutas é a matéria com a qual as professoras militantes alimentam e conduzem suas práticas políticas.

VÁ PARA AS RUAS, DENUNCIE, VIVA DE ACORDO COM O QUE DIZ

O interesse agora é apresentar as práticas com as quais as professoras respondem a esse feminismo *de rede*, quais combates estão em jogo na militância virtual; e quais combates estão em jogo na busca pela militância como modo de vida, o que inclui a docência. Ao perseguir essas práticas, tomamos como fundamento o terceiro elemento da ética foucaultiana, a *ascese*, à qual Foucault (2010) se refere como uma atividade de autoformação, uma prática de si, uma elaboração do trabalho ético, ou seja, um combate do sujeito sobre si, a fim de tornar-se certo tipo de pessoa.

Entre o que as professoras publicaram no *Facebook* e o que disseram durante a entrevista, podemos encontrar práticas feministas de curtir, compartilhar e publicar, nas quais identificamos a imbricação da vida *on* e *off-line*, que se dá por meio da circulação dos discursos feministas nas redes sociais e seus efeitos na vida vivida.

Fabiana Martinez (2019) sugere que o advento do uso das redes sociais e a dinamicidade das conexões *on-line* têm produzido novas narrativas para o feminismo. A autora endossa que, assim como a grande maioria dos movimentos sociais, o feminismo se alastra pelas redes, utilizando múltiplas plataformas para difundir, criar, promover suas pautas e reivindicações e, assim, também se transforma. Como exemplo da atuação feminista das professoras nas redes sociais, podemos citar o engajamento em campanhas virtuais⁵. Essas campanhas ajudam a pensar o crescimento das redes coletivas de apoio às mulheres no espaço virtual e nos discursos que colocam em circulação, como a não culpabilização das vítimas de violência. Nas redes sociais de Samara, Zaida e Marcela, encontramos campanhas, como a *#meuamigosecreto*:

⁴ Sobre a utilização das redes sociais como espaço de ação e de reflexão de grupos feministas, ver Ferreira (2015).

⁵ As campanhas virtuais têm funcionado como uma das estratégias para o campo de ação feminista *on-line*. Martinez (2019) elenca algumas campanhas como a *Chega de FiuFiu* (2013) e a *Vamos Juntas?* (2015), que traziam como pauta o questionamento e a denúncia sobre a naturalização das situações de assédio sofridas por mulheres nos espaços públicos.

Figura 2 – Campanha #meuamigosecreto



Fonte: Rede social *Facebook* Marcela, 27 nov. 2015.

As campanhas virtuais estão entre as práticas que são comuns nas redes sociais e, geralmente, se referem a movimentos cujas pautas exigem engajamento. Certamente, essas práticas virtuais têm força porque são espontâneas e coletivas, alcançam pessoas que não precisam se identificar como feministas para se engajar.

Samara, Zaida e Marcela são militantes que atuam intensivamente pelas redes sociais, mas também respondem aos chamados de mobilização e vão às ruas⁶. O que elas colocam em prática é uma relação entre as mídias digitais e a política das ruas, que pressupõe a constituição de um espaço performático. A estética militante dos corpos que ocupam as ruas é composta por cartazes, frases de efeito e performances. Isso é importante, pois a relação intrínseca entre redes sociais e movimentos é baseada no imagético, portanto, necessita de fotografias, vídeos e sons. É também uma estética do *ver* e *ser visto*, como mostram as figuras 3 e 4:

Figura 3 – Zaida, 15 mai. 2019 – BH



Fonte: Rede social *Facebook* Zaida, 15 mai. 2019.

⁶ Sobre a articulação entre os modos de atuação no ambiente virtual e os movimentos de ocupação das ruas, ver Butler (2018). Especificamente sobre a articulação das mobilizações feministas *on-line* e nas ruas, ver Branco (2015) e Gomes (2017).

Figura 4 – Samara, 15 mai. 2019 – BH



Fonte: Rede social *Facebook* Samara, 15 mai. 2019.

Paradoxalmente, é importante considerar que os usos das mídias digitais que atravessam causas, pautas, movimentos estão presentes nas amplas relações humanas e estão efetivamente inseridos no nosso cotidiano. Por esse viés, o ambiente digital que acionamos cotidianamente tem sido um importante instrumento para o mundo do capital e as relações de consumo. Estratégias de publicidade e propaganda dominam o *marketing* digital e suas dinâmicas atualizações. Portanto, as mesmas mídias digitais que potencializam movimentos e ampliam espaços de fala também estão a serviço das lógicas de consumo e de mercado.

Essas lógicas de consumo e mercado são intrínsecas à racionalidade neoliberal. Dardot e Laval (2016, p. 17), em *A nova razão do mundo*, tratam o neoliberalismo como uma racionalidade, ou seja, um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Os autores recorrem a Foucault (2008) que, em *Nascimento da biopolítica*, tratou de uma arqueogenealogia do pensamento neoliberal, reconstruindo as condições de emergência do pensamento liberal, no século XVIII, para mostrar os deslocamentos promovidos pelo neoliberalismo, no pós-Segunda Guerra.

Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é a racionalidade que estrutura e organiza a ação dos governantes, mas, sobretudo, dos governados; é a “razão do capitalismo contemporâneo”. Essa racionalidade funciona porque o neoliberalismo desenvolve “a lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34). É a lógica da construção do mercado com base na concorrência, que é a norma geral das práticas econômicas.

Escapar à racionalidade neoliberal indicada por Dardot e Laval (2016) passa pela constituição de formas de subjetivação alternativas ao modelo do empresariamento de si, da competição. Para os autores, a contraconduta possível a essa racionalidade requer outro modo de conduzir a si mesmo e o outro, requer uma vinculação ética e política que propõe outro modo de ser.

Se estamos em uma racionalidade neoliberal que é da ordem da competição, do agir como empresa de si, do aproveitar as oportunidades e que opera no campo daquilo que parece ser de livre escolha, importa saber em que medida as práticas de Samara, Zaida e Marcela respondem a essa racionalidade e/ou sinalizam para uma outra.

Obviamente, Samara, Zaida e Marcela respondem às questões que ganham maior volume nas redes sociais, acionam as *hashtags* mais citadas e compartilhadas e, assim, estão no jogo de batalha dos *trending topics*. Elas são usuárias das redes sociais em um contexto no qual o *marketing* digital tem ensinado a atrair seguidores, *likes* para as postagens e todo um conjunto de métricas de engajamento e de competição entre os perfis⁷. O que podemos destacar, contudo, é que as práticas delas sugerem possibilidades de escapar da captura neoliberal, na medida em que elas buscam viver a sua militância como *éthos*, como modo de vida; na medida em que suas práticas indicam uma intrínseca relação entre o que dizem e a forma como vivem.

Samara, Zaida e Marcela apresentam em comum o fato de as passagens e acontecimentos que relatam, nos quais identificam uma transformação de si mesmas, conformarem o modo de ser de cada uma delas, na medida em que impactam nas escolhas que fazem. Elas parecem trabalhar cotidianamente pela coerência entre o que dizem e a forma como vivem.

Tomamos como exemplo a relação de Marcela com o Sistema Único de Saúde, o SUS. A sua opção pelo uso do SUS é consonante com seu discurso de luta e defesa dos serviços públicos. Durante a entrevista, ela relata:

É difícil você imaginar que alguém que nunca andou de ônibus possa dizer como que vai ser bom ou ruim o transporte coletivo, né? Ou a pessoa que não vai ao SUS na hora que a barriga dói, na hora da cólica de rins, [...] como que ela vai ter a medida da qualidade desse atendimento. Então, é uma escolha minha também, viver o público, viver tudo que é público e isso fazer parte da minha vida e da vida da minha família (MARCELA, 2018 – trecho de entrevista).

Marcela reafirma o seu uso do SUS como escolha e não como impossibilidade financeira de contratar o sistema privado. Em geral, o tipo de defesa do SUS que Marcela pratica só é possível porque ela efetivamente utiliza os serviços públicos de saúde. É a fala de uma militante que conhece a realidade daquilo que diz, escuta horizontalmente, vive e diz sua verdade.

A busca pela coerência entre o que dizem e o modo como vivem parece se manifestar também na forma com que as professoras praticam a docência. Entre o que publicaram nas redes sociais e o que disseram durante a entrevista, deixaram algumas pistas de como as pautas de luta e militância chegam à escola. Um exemplo disso é a maneira com que Marcela relata sua gravidez como um período de curiosidade e de aproximação com as suas estudantes adolescentes. O corpo gestante da professora, futura mãe solo, despertou questionamentos do tipo “você não tem marido?”. A partir de interpelações como essa, Marcela relata a oportunidade de levantar o debate sobre a sexualidade, sobre as formas de prevenção da gravidez; mas também sobre escolhas femininas, sobre diferentes estruturas familiares, sobre o feminismo. Quando questionada sobre sua relação com os e as estudantes, Marcela considera a docência uma atividade que não pode ser exercida com isenção, com neutralidade, e, por essa via, de maneira apolítica:

Mas eu não consigo imaginar um professor ser alguém tão duro na sala que os alunos nunca saibam nada sobre o que ele é de verdade ou o que ele pensa. Eu acho que o professor não é esse profissional da isenção total, porque nós somos de um trabalho humano [...] são seres humanos se relacionando com seres humanos, com seus acertos e falhas e com suas certezas e incertezas também. Eu acho que o privilégio maior que a gente tem no nosso trabalho é a capacidade de envolvimento humano que a gente tem, eu acho que isso faz toda a diferença (MARCELA, 2018 – trecho de entrevista).

Samara também registra como a sua militância chega à sala de aula. Processo que escapa completamente da ideia de doutrinação, de conversão dos e das estudantes àquilo que ela toma como verdade, mas que passa pelo próprio modo como ela vive. Samara diz orientar-se no campo da Educação Física pela ideia de *cultura corporal*, segundo a qual os corpos são políticos e têm identidade:

⁷ Essa competição tende a ser estimulada pelas ferramentas das redes sociais que permitem a referência aos números de visualização, compartilhamentos, curtidas etc.

Na Educação Física, a gente tem um conjunto de correntes filosóficas e pedagógicas de como ordenar a discussão do corpo. Eu tenho seguido há muitos anos, por escolha, a *cultura corporal*, como sendo uma orientação de como agir pedagogicamente, e ela é uma corrente marxista, é uma corrente que a gente vem estudando há muitos anos e construindo no Brasil, desde a época de 1980. E aí, uma das coisas, e isso casa um pouco com o debate LGBTIQ, que também avançamos bastante, é de que o corpo produz cultura, ele produz e reflete o espaço que você constrói, dessa forma você se experimenta na sociedade. Então nosso corpo, ele é político, esse corpo político assume uma identidade, ele assume um espaço e assume o como que ele se identifica e o como que ele se reflete na sociedade (SAMARA, 2018 – trecho de entrevista).

Ser professora militante marca de determinada maneira a forma como essas professoras trabalham seus conteúdos específicos no cotidiano da escola. Samara, por exemplo, relatou a atenção que dedica em suas aulas aos temas machismo, racismo e LGBTfobia nas práticas esportivas. A professora relata que o trabalho com essas temáticas tem sido bem recebido pela escola, pelo corpo discente, mas não deixa de considerar que situações de discriminação acontecem no ambiente escolar, marcadamente com os e as jovens que estão fora da heteronormatividade.

Sobre esse ponto, é interessante apresentar o relato de Zaida sobre um conselho de classe, no qual ela mostra as resistências que determinados temas encontram no intramuros da escola, mesmo entre os professores e professoras. O espanto de Zaida, então em seu primeiro ano de docência, parece ser com a naturalização de discursos discriminatórios entre seus colegas de trabalho. Ela se depara com práticas nas quais a sexualidade e a religiosidade que fogem à norma tentam ser governadas, nem que seja pela atribuição de uma má avaliação escolar. A professora relata:

Hoje no conselho de classe da escola que eu trabalho de manhã fizeram uma sessão de críticas à uma aluna indisciplinada. As críticas passavam pelo fato da aluna ser lésbica. (...) Lembro da primeira vez que vi essa aluna em sala, ela puxou conversa e já deu um jeito de enfiar no assunto que pegava mulheres, eu reagi naturalmente, não demonstrei espanto. Ela nunca se comportou comigo da forma desafiadora como os outros professores relataram hoje. Sobre um grupo de amigos do segundo ano, disseram que formaram o “trio lgbt”, porque agora o assunto deles era só esse. E isso foi colocado como uma reclamação no conselho de classe. A nota mínima do trio lgbt em geografia foi 23 em 25. Sobre um aluno gay e umbandista do terceiro ano foi dito com ironia “dandara, ele agora quer ser chamado de dandara”. Outro que arrasa nas notas e na disciplina, mas demonstra abertamente sua orientação sexual e religiosa (Rede social *Facebook* Zaida, 04 ago. 2018).

Sobre essa passagem, Zaida comenta: “Eu estou vendo como que a escola é conservadora. Eu sinceramente não tinha dimensão que era desse tanto” (ZAIDA, 2018 – trecho de entrevista). E acrescenta:

Eu acho que o papel do professor é ser bem mais profundo que só passar o conteúdo, ensinar um monte de coisa assim. Ainda mais nesse contexto que a gente vive, nesse monte de repressão, né? [...] Igual falei no post, um professor colocar como reclamação num conselho de classe, para um aluno ser reprimido pelos seus assuntos LGBT? Esses meninos são LGBT, vão falar de quê? É a vida deles, são adolescentes (ZAIDA, 2018 – trecho de entrevista).

Ao levar para a docência aquilo que acreditam e defendem, as três professoras praticam uma leitura do ambiente escolar bastante próxima da maneira militante com que veem o mundo. Entre as práticas docentes e o modo como vivem, encontramos passagens nas quais elas procuram dar corpo ao que discursam, o que se parece com uma orientação, uma conduta ética, que se manifesta nas opções que elas fazem, naquilo que aceitam e ao que renunciam, na maneira como falam. Isso acontece, sobretudo, no ato da vida, nas escolhas cotidianas; o que também envolve resistências, desvios, dificuldades.

Assim, é preciso considerar que as professoras militantes da pesquisa estão totalmente inseridas em uma espécie de “panoptismo digital”, como se refere Tony Hara (2019), e, certamente, correndo os riscos que isso implica. Mas identificamos que elas fazem parte de um movimento de pessoas que estão interessadas em transformar a própria vida e apostam em práticas solidárias e de cooperação, e, mesmo no mundo virtual, mostram o modo como vivem.

Ao final, é preciso considerar que, se no feminismo *de rede* cabe a luta e a defesa de uma multiplicidade de causas e pautas, ele sinaliza para uma luta que é feminista, mas que não se encerra nessa causa. O que parece é que as práticas feministas dessas professoras militantes requisitam aquilo que é comum, deslocando práticas e discursos no sentido de anunciar a possibilidade de emancipação para todas e para todos. Nesse sentido, a finalidade da luta dessas professoras passa a ser a exigência de vivermos nossas vidas em condições justas. Será esse o sentido dos feminismos contemporâneos? Será que as próprias práticas feministas sinalizam para uma luta que é da ordem do comum, em ruptura com a fixidez identitária?

A seção seguinte se interessa por essas questões: afinal, qual a finalidade desse tipo de militância? O que as professoras militantes desta pesquisa querem, de fato, com suas práticas?

AJA EM CONJUNTO COM QUEM LUTA AS SUAS LUTAS

Esse ponto nos leva ao quarto elemento da ética foucaultiana, que é a *teleologia* do sujeito moral ou a finalidade. Em Foucault (2010, p. 310), esse aspecto diz respeito a constituição que se almeja ao se conformar a certo modo de ser, característico do sujeito moral.

Partimos, então, da questão: o que as professoras militantes querem com suas lutas e práticas feministas? Em uma resposta rápida, podemos afirmar que elas querem “um outro mundo”. Elas dizem sobre o que Veiga-Neto (2012, p. 273) identifica como convergência entre o ativismo e a militância, que é da ordem do “agir para frente, da ação para uma mudança de posição, da ação para uma outra situação diferente da que se tem”. Ou, ainda, sobre um desejo manifesto ou latente de mudança, que é o que Nogueira (2012) indica como traço comum entre as militâncias multiformes, multipartidárias, defensoras de múltiplas causas. Com bastante recorrência – nas legendas de suas fotos, textos e comentários que publicam, bem como naquilo que disseram durante a entrevista –, Samara, Zaida e Marcela anunciam o desejo de um mundo melhor, um outro mundo. Elas afirmam que querem transformar o sistema e a sociedade e, assim, mudar o mundo; almejam uma vida justa, uma escola que transforma, uma mudança social.

Esse desejo de mudar ou transformar o mundo, manifestado pelas professoras, parece estar relacionado ao aspecto mais íntimo da finalidade da militância que praticam, pois, em certa medida, o que dizem se refere a um desejo de mudança que se dá a partir da própria vida de cada uma delas.

Samara, Zaida e Marcela são mulheres que acessaram cursos superiores e formaram-se professoras; puderam problematizar as relações entre a pobreza, as classes sociais, as questões raciais, a sexualidade; tornaram-se feministas. Ao falarem de si, retomam elementos que as colocam do lado das ditas minorias, destacando suas dificuldades. Zaida e Marcela são mulheres negras, nasceram e cresceram em periferias e sempre tiveram um histórico de vida simples. Samara, por outro lado, viveu em um bairro de classe média em Belém do Pará e estudou em escolas particulares, mas o fato de ser lésbica coloca sua vida ao lado daquelas que sofrem de maneira mais intensa as vulnerabilidades.

Ao falarem de si, falam a verdade de quem sofreu preconceito, discriminação ou teve que superar as dificuldades impostas pela desigualdade social ou diferença sexual. Isso inspira a pensar em uma finalidade para esse tipo de militância, que é da ordem do dizer a própria verdade, do gritar o próprio grito e, desse modo, interpelar aquilo que causa injustiça, desigualdade e dor.

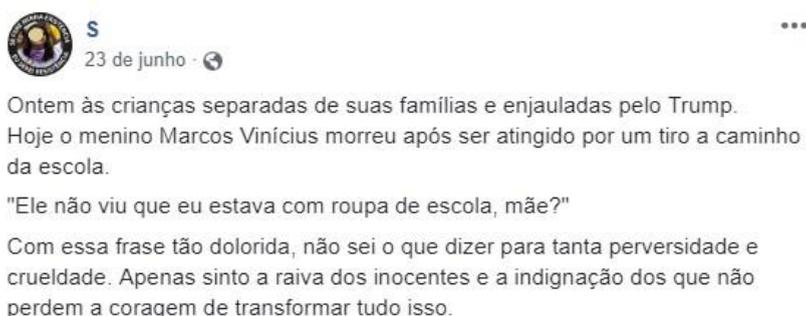
Mas podemos dizer, ainda, que suas práticas de militância também funcionam de modo a fazer com que reconheçam, nos seus próprios corpos, a vulnerabilidade do outro. Em muitas passagens, as próprias dores, dificuldades e vulnerabilidades parecem ser o que impele essas mulheres à luta pelo desejo de um outro mundo: o risco de Samara não sobreviver nessa sociedade que mata pessoas LGBT ou a dor avassaladora de “cada uma de nós” (Mulheres? Negras? Periféricas?) a que se refere Zaida. Elas falam de si, mas falam no plural, recorrem a um nós, a uma ideia de dor e de luta coletiva. Assim, a finalidade da luta que deseja outro mundo só é possível juntando todas e todos contra aquilo que vulnerabiliza e dói.

Sobre esse ponto, recorreremos a Butler (2018), em *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. A autora propõe uma reflexão sobre a ideia de reunião e assembleia

nas sociedades neoliberais, sinalizando para a constituição de alianças coletivas, em uma ética de coabitação nos espaços públicos. Além disso, defende que as manifestações de massa – como as da Praça Tahrir e os movimentos *Occupy* – têm dado forma a uma rejeição coletiva à precariedade social e econômica compartilhada por quem vive em situação de vulnerabilidade, configurando a demanda corporal por viver vidas mais vivíveis. Assim, a questão que atravessa as lutas políticas, às quais Butler (2018) dedica suas pesquisas, é a reivindicação de que corpos vulneráveis e em condições de precariedade possam viver vidas possíveis de serem vividas, e que as vidas tenham condições sociais e democráticas de serem vividas em conjunto. É uma espécie de ação aliançada que toma como finalidade minimizar a inviabilidade vivida por certos corpos, por certas vidas.

Parece que esse tipo de aliança, que implica em um comprometimento ético com o outro, está em funcionamento na militância das professoras, na medida em que elas reconhecem a precariedade do outro nos próprios corpos. Essa ação aliançada está em funcionamento quando elas se engajam nas campanhas feministas de denúncia na internet, por exemplo. Ou no sentido da publicação a seguir, quando Samara manifesta a indignação pela inviabilidade de determinadas vidas e, assim, se aliança com esses corpos, com essas dores e com essas lutas.

Figura 5 – Sinto a raiva dos inocentes



Fonte: Rede social *Facebook* Samara, 23 jun. 2018

A partir daí, o sentido de lutar e defender que as professoras praticam em sua militância parece se materializar no imperativo juntar *todas e todos* contra aquilo que vulnerabiliza e dói; contra aquilo que vulnerabiliza e dói nelas mesmas e nas outras pessoas. Por isso não cansam de dizer: não deixem ninguém de fora, lutem por todas e todos.

Precisamos considerar que esse *todas e todos*, como observa Butler (2018), pode guardar um caráter excludente que define quem está dentro e quem está fora dessa demarcação. Em suas palavras, “mesmo quando dizemos ‘todos’, em um esforço para propor um grupo que inclua a todos, ainda estamos fazendo suposições implícitas sobre quem está incluído” (BUTLER, 2018, p. 10).

Mas Butler (2018, p. 10) também considera que “a inclusividade não é o único objetivo da política democrática”, de modo que o caráter excludente que está posto em qualquer movimento não inviabiliza o fato de que reuniões e assembleias são importantes prerrogativas políticas para o direito de as pessoas dizerem o que quer que tenham para dizer. Assim, quando as professoras se reúnem, nas ruas ou virtualmente, com pessoas que estão dizendo o mesmo que elas, estão exercitando o direito de aparecer e fazer reivindicações em conjunto, com os outros, e estão exercendo a finalidade política de suas lutas.

Nesse caminho, a finalidade da militância das professoras parece ser agir em conjunto com aqueles e aquelas que lutam *do seu lado, as suas* lutas. Essa finalidade pode estar relacionada a um tipo de prazer militante que não é novo e consiste na alegria do agir junto com quem luta as mesmas lutas, no engajar-se na ação significativa.

Por fim, o que as professoras militantes da pesquisa parecem querer com suas práticas é ser alguém que age, querem ser parte da solução do problema.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como afirmamos, a experiência de militância das professoras pesquisadas parece funcionar como uma espécie de orientação sobre como viver: lute e defenda causas e pautas de si mesmas e dos outros; inscreva seu corpo na luta política; vá para as ruas, denuncie, viva de acordo com o que diz; aja em conjunto com quem luta as suas lutas. Seguindo as trilhas de um quadro ético foucaultiano, esses enunciados tentam conformar a dinamicidade das lutas travadas pelas professoras. É como se elas dissessem: luto e defendo a mim mesma, as minorias, exponho meu corpo feminino, ocupo todos os lugares, inclusive os virtuais, alianço e faço conexões coletivas. Grosseiramente, isso parece resumir a forma ética por meio da qual essas jovens professoras militantes se lançam à política.

A partir dessa ética, a militância que as professoras levam para a sala de aula também está mais ou menos pautada por essas orientações, apesar de não ser realizada da mesma maneira como fazem em outros espaços. Uma das questões que orientou a pesquisa foi entender como as professoras militantes vivem a tarefa de atualizar as mobilizações docentes. Ao localizar entre as práticas do feminismo *de rede* a luta solidária a uma multiplicidade de causas e pautas, identificamos que, quando essas militâncias chegam à escola, acionam os ditos que construíram as mobilizações a partir do novo sindicalismo surgido na década de 1970, como *luta coletiva* e *união pela base*.

As professoras pesquisadas desempenham na escola o papel de levantar o debate sobre as pautas da luta trabalhista. Elas estão entre as pessoas que costumam explicar, esclarecer, apontar os riscos, os ataques aos direitos sociais em curso; são elas que costumam convocar os e as colegas à mobilização contra o atraso dos salários, pelo repasse salarial dos índices da inflação, entre outras pautas. Na forma como conduzem a si mesmas, está posto o agir militante: elas querem ser alguém que age e resiste aos ataques à educação. Mas essa ação é significativa apenas para uma parcela do coletivo de trabalhadores e isso, obviamente, gera tensões, constrangimentos.

Mas verificamos também que se trata de um tipo de experiência de militância que está causando outro tipo de constrangimento entre seus pares. Samara, Zaida e Marcela são professoras que estão interpelando, identificando, denunciando, apontando situações de machismo, de preconceito e de discriminação no cotidiano da escola. Podemos então afirmar que a experiência de militância que responde ao feminismo *de rede* é atenta a essas situações: questiona o uso de termos naturalizados que carregam preconceitos; requisita uma linguagem não sexista nas comunicações cotidianas; propõe a inserção de temas sobre as diversidades nos projetos da escola, entre outros. Com esses *pequenos* constrangimentos, essas professoras vão causando *pequenas* transformações nos espaços em que atuam.

Outra questão que orientou a pesquisa foi entender o que as professoras militantes oferecem aos estudantes. Afinal, focos, pautas, movimentos pelos quais elas lutam e os quais defendem entram pela porta da frente da escola? Primeiro é preciso dizer que Samara, Zaida e Marcela deixaram indícios do estranhamento entre a militância e a docência no intramuros da escola. Em determinado sentido, indicam a incoerência entre a promessa de transformação da sociedade pela escola – a “mudança de mundo” – e aquilo que praticam em sala de aula. Reiteradamente, elas fazem referência à necessidade de transformação da instituição escola, ainda que não indiquem caminhos e/ou possibilidades para além do “interesse dos governantes”, “das políticas públicas eficazes”, do “investimento na educação”.

Mas podemos dizer que a forma como elas praticam a docência tensiona o currículo da escola, especialmente quando introduzem as temáticas que falam das ditas minorias, como o combate ao racismo, a defesa da igualdade de direitos entre os gêneros, a leitura crítica sobre as relações de consumo, o respeito às diversidades e tantos outros.

Essas temáticas praticadas na escola ou fora dela, como tentamos dizer, não se dão alijadas de um agir solidário que é curtido, produzido, publicado e/ou compartilhado nas redes sociais. Também apostamos na potência dessas pequenas práticas nesse espaço. É claro que estamos atentos aos perigos dos usos das redes sociais, pois, entre outras questões, elas têm se configurado como espaço de disseminação de discursos de ódio e propagação de notícias falsas, muitas delas por disparo em massa de mensagens, por robôs. Porém, a militância das professoras nas redes sociais está, acreditamos, na construção de possibilidades, na tentativa de produzir resistências.

Perante os riscos e perigos desse tipo de militância, o que nos parece é que tal experiência se atribui a tarefa de conduzir e ser conduzida. É parte de um jogo que envolve constrangimentos e tensionamentos em amplos espaços, de modo que, tentando fugir dos apelos neoliberais, convoca as minorias a pensarem e agirem de outra forma, minando as lógicas de consumo, propondo modos outros de apresentar o corpo. É uma experiência que está na efervescência da construção de outros modos de re-existir.

Por fim, o que de novo está sendo gestado nessa experiência? Existe um movimento de pessoas que está consolidando um caminho sem volta. Estamos em um momento em que as pessoas não estão mais dispostas a renunciar a quem são a favor da norma. Isso demanda reordenamentos, novos modos de fazer política partidária que componham com as diferenças, outras maneiras de ser militante, outras maneiras de ser docente, outros currículos escolares. Demanda a criação de formas de vida solidária, baseadas no poder da decisão coletiva, que tenham como sentido a aliança entre todos os corpos e todas as vidas. De maneira coletiva, temos a potência dos deslocamentos de discursos, que passam a sinalizar para a possibilidade de uma subjetividade ética que é da ordem do aliançar-se. Esse parece ser o sentido que estão tomando as lutas que estão acontecendo.

Sabemos, contudo, que ainda é cedo para se tirar qualquer conclusão, tudo que temos hoje é a constatação de que o movimento está em curso.

REFERÊNCIAS

- BELELI, Iara; PELÚCIO, Larissa. Aperte o play para começar: desafios metodológicos de pesquisas nas mídias digitais. In.: DURÃO, Suzana; FRANÇA, Isadora (Orgs.). *Pensar como método*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, p. 117-143.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Trad. Fernanda Siqueira Miguens. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos Feminista, Negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. 1-22, 2020. <<https://doi.org/10.1590/ES.230408>>
- FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *Cadernos Pagu*, p. 199-228, 2015. <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440199>>
- FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade e política* (Ditos e escritos V). Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autram Dourado Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, Hubert, L.; RABINOW, Paul. *Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 296-327.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade - o governo de si e dos outros II: curso no Collège de France (1983-1984)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

GOMES, Carla de Castro. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. Sexualidade, *Salud y Sociedad*, p. 231-255, 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.25.12.a>>

HARA, Tony. Fuga da peste, do sujeito e do deserto. In: RAGO, Margareth; PELEGRINI, Maurício (Orgs.). *Neoliberalismo, feminismo e contracondutas: perspectivas foucaultianas*. São Paulo: Intermeios, 2019, p. 291-318.

KOZINETS, Robert. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2014.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 1, n. 2, out., 1986, s/p. Disponível em: <https://www.corais.org/sites/default/files/01a_laclau_-_os_novos_movimentos_sociais_e_a_pluralidade_do_social.pdf>.

MARTINEZ, Fabiana. Feminismos em movimento no ciberespaço. *Cadernos Pagu*, n. 56, p. 1-34, 2019. <<https://doi.org/10.1590/18094449201900560012>>

McLAREN, Margaret A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. Trad. Newton Milanez. São Paulo: Intermeios, 2016.

MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy. *Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Da militância política, e além – participação política no Brasil. *Café Filosófico Instituto CPFL*. Campinas, Tv Cultura, 26 abr. 2012. Programa de Tv. Disponível em: <<http://www.institutocpfl.org.br/play/vimeo-video/marco-aurelio-nogueira-da-militancia-e-alem/>>.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, maio-ago., p. 267-282, 2012. <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000200002>>

Submetido: 18/03/2022

Preprint: 21/03/2022

Aprovado: 06/02/2023

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autora 1 – Conceituação, desenvolvimento da metodologia, coleta de dados, análise de dados, redação do texto.

Autor 2 – Conceituação, supervisão, desenvolvimento da metodologia, análise dos dados, revisão crítica do texto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Programa de Capacitação de Recursos Humanos (PCRH) - FAPEMIG.